

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO
Avenida Brasília, S/N - Bairro Santa Terezinha
Lagarto-SE, CEP 49400-000
- <https://hul.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23817.003355/2026-07

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto o Registro de Preços para a **Aquisição de Simuladores e Manequins de Treinamento para estruturação do Laboratório de Ensino baseado em Simulação**, a fim de atender às necessidades do Hospital Universitário de Lagarto HUL/UFS), Unidade Gestora (UG) 155910, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Rede Ebserh), por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a conveniência da Ebserh, a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

1.3. A aquisição de simuladores e manequins com preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) poderá ser realizada mediante a formalização de:

I - nota de empenho, emitida em favor do fornecedor, para cada item e preço registrado na ARP, nas condições previstas no art. 194, incisos I e II, do RCC 3.0, nos seguintes casos:

- a) nas contratações por escopo de bens que não resultem em obrigações futuras, independentemente de seu valor;
- b) quando a substituição por documento equivalente constituir prática de mercado.

II - termos de contrato, que terão vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados, nos termos do art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 188 do RCC 3.0.

1.4. O termo de contrato resultante da ARP se limitará ao saldo de quantitativo existente no momento da contratação e possuirá valor estimativo, com a consequente solicitação de parte ou de todo o quantitativo estimado dos bens contratados, desde que não se descaracterize a necessidade permanente definidora da contratação de natureza continuada.

1.5. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens neste Termo de Referência e Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência e Anexos.

1.6. Informações complementares a este Termo de Referência constarão no Edital, na ARP e no Contrato.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi criada pela Lei nº 12.550, de 2011, como empresa pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade é prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à população, bem como apoiar atividades de ensino, pesquisa, extensão e formação de profissionais na área da saúde.

2.2. O HUL/UFS integra a Rede Ebserh e presta assistência de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Lagarto e região, conforme contratualização firmada com os gestores de saúde.

2.3. A aplicação das tecnologias em saúde é fundamental para aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, promovendo melhores resultados clínicos, maior eficiência operacional e segurança no cuidado ao paciente. Essas tecnologias abrangem desde equipamentos médicos, como tomógrafos e respiradores, até sistemas de informação em saúde, soluções digitais, produtos para a saúde e medicamentos. Quando utilizadas de forma adequada, contribuem para a tomada de decisões mais assertivas, a otimização dos recursos disponíveis e a ampliação do acesso a serviços de saúde qualificados.

2.4. A incorporação dessas tecnologias deve ocorrer com base em critérios técnicos e científicos, considerando aspectos como eficácia clínica, custo-efetividade e impacto no sistema de saúde. Isso torna essencial a realização de Avaliações de Tecnologias em Saúde (ATS) antes da aquisição ou implementação de qualquer recurso tecnológico, a fim de garantir que ele traga reais benefícios à população e seja compatível com a estrutura disponível.

2.5. Nesse contexto, destaca-se a importância da contratação adequada das tecnologias em saúde. Processos de aquisição mal-conduzidos, sem respaldo técnico ou alinhamento com as necessidades reais da rede de saúde, podem levar ao desperdício de recursos públicos, à subutilização de equipamentos, à elevação de custos operacionais e até a exposição dos pacientes a riscos evitáveis. Além disso, a ausência de suporte técnico, manutenção adequada e capacitação das equipes compromete o uso eficaz das tecnologias adquiridas.

2.6. A aquisição de simuladores e manequins visa equipar o Centro de Simulações do Hospital Universitário de Lagarto com a finalidade de fornecer treinamentos adequados para profissionais, estudantes e residentes. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde foi instituída pelo Ministério da Saúde em 2004 como estratégia do Sistema Único de Saúde (SUS) para capacitar e desenvolver os profissionais em seus processos de trabalho.

2.7. Para atender a essa necessidade, se faz necessária a incorporação de tecnologias aos processos de ensino e aprendizagem, a exemplo da simulação clínica que vem sendo amplamente difundida e recomendada pelos órgãos regulatórios internacionais de saúde como método efetivo nas ações de capacitação para os profissionais, auxiliando na redução de erros e no melhor desempenho na execução de técnicas e procedimentos em saúde.

2.8. A implantação do Centro de Simulação Clínica no Hospital Universitário de Lagarto em parceria com a Universidade Federal de Sergipe visa qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão constituindo-se em centro de referência em formação de saúde no Estado de Sergipe.

2.9. A aquisição dos simuladores e manequins possibilitará a utilização da técnica de simulação clínica com simuladores de baixa, média e alta fidelidade na busca da aquisição de habilidades e competências para melhor atuação profissional.

2.10. A estruturação do Centro de Simulações possibilitará fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão na perspectiva de construção de cenários de aprendizagem para comunidade acadêmica e profissional do HUL-UFS.

2.11. Optou-se por se fazer o referido certame através de Sistema de Registro de Preço, uma vez que em função das características desta instituição (Hospital-Escola), bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda em conformidade com os incisos II e IV, do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023.

2.12. A demanda apresentada contempla uma definição prévia para compra durante o exercício, estando os mesmos inseridos no Plano Anual de Compras (PAC), respeitados os prazos de início do planejamento da contratação apontados pelo RCC 3.0, bem como no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromissos (AOC), conforme o Processo 23817.016039/2025-14.

2.13. No contexto do planejamento estratégico da Ebserh que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.

II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.

III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**

a) **Sociedade:**

OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;
OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;
OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.

b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**

OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.

c) **Desenvolvimento institucional:**

OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da EBSERH.

d) **Sustentabilidade financeira:**

OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

2.14. Adicionalmente, a contratação está vinculada ao Plano Diretor Estratégico 2024-2028 do HUL/UFS,

conforme o Processo SEI nº 23817.002357/2024-17, e à política pública de assistência à saúde no âmbito do SUS, conforme o Instrumento Formal de Contratualização nº 23477.022806/2025-14, firmado com Contrato de **Gestão Especial Gratuita - HUL-UFS** (56201851), por intermédio da Secretaria de Saúde, para integrar a Rede de Atenção à Saúde.

2.15. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional da Ebserh e está alinhada à Política de Compras Centralizadas da empresa.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. **Modelo de Contratação**

3.1.1. As contratações da Ebserh podem ser realizadas por meio dos seguintes arranjos organizativos:

- I - compra centralizada;
- II - compra regionalizada;
- III - compra individualizada.

3.1.2. Destaca-se que esta contratação se enquadra no modelo de compra individualizada.

3.1.3. A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com base nos arts. 92 e seguintes do RCC 3.0, sendo que a contratação se enquadra na seguinte hipótese do art. 93 do RCC 3.0:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes.

3.1.4. A adoção do SRP para essa aquisição tem justificativa pela natureza permanente e recorrente, ainda que variável, da demanda do objeto.

3.1.5. Observando ainda os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos de saúde, o SRP se torna mais vantajoso pelas seguintes razões:

- I - racionalização dos procedimentos licitatórios, reduzindo o número de processos e custos administrativos;
- II - mitigação de riscos de contratações emergenciais, decorrentes de oscilações de demanda ou atrasos no fornecimento;
- III - promoção de preços uniformes e previamente registrados por ao menos 12 (doze) meses, garantindo previsibilidade e controle do gasto público.
- IV - manutenção da flexibilidade orçamentária, uma vez que a contratação efetiva ocorre apenas quando houver necessidade e disponibilidade financeira.

3.1.6. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de SRP, por item, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do RCC 3.0, objetivando a assinatura de ARP, que permitirá as contratações pelas unidades participantes.

3.2. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

3.3. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

3.4. Tabela contendo o descritivo e quantitativo anual estimado dos itens a serem licitados:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	482420	SIMULADOR PEDIÁTRICO DE CORPO INTEIRO ATÉ UM ANO DE IDADE DE ALTA FIDELIDADE	UNIDADE	1
2	479239	MANEQUIM DE TREINAMENTO COM FERIMENTOS DE CORPO INTEIRO ADULTO	UNIDADE	1
3	391768	MODELO DE BRAÇO PARA TREINO DE PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA ADULTO	UNIDADE	3

4	482517	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE CATETERISMO VESICAL BISEXUAL (MASCULINO E FEMININO) ADULTO	UNIDADE	1
5	602848	KIT PARA TREINAMENTO DE SUTURA	UNIDADE	5
6	482445	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE TRAQUEOSTOMIA ADULTO TORSO	UNIDADE	1
7	482445	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE INTUBAÇÃO PEDIÁTRICO TORSO	UNIDADE	2
8	479239	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE CUIDADOS COM PÉ DIABÉTICO	UNIDADE	1

3.5. As especificações técnicas de cada item estão descritas no item 4 deste Termo de Referência.

3.6. **Consulta a Intenções de Registros de Preços Abertas**

3.6.1. O RCC 3.0, em seu art. 97, § 2º, prevê que, nos processos de aquisição de bens e serviços pela Administração Central e pelos Hospitais Universitários, a EPC deverá se manifestar sobre a conveniência de participação nas IRPs abertas no Sistema de Compras do Governo Federal.

3.6.2. Isto posto e considerando que durante a consulta 60842647 não foi localizado qualquer IRP aberta que contemplasse integralmente o objeto desta contratação, registra-se a necessidade de prosseguimento da instrução processual desta aquisição.

3.7. **Adesão à Ata de Registro de Preços**

3.7.1. Será permitida a Adesão às ARPs oriundas desta contratação, durante sua validade, para os seguintes órgãos que não tenham participado na origem do processo licitatório:

I - Hospitais vinculados à Rede Ebserh;

II - Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior durante o período de transição de gestão para a Ebserh;

III - Qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

3.7.2. Justifica-se a permissão de adesão às ARPs para auxiliar aos não participantes a adquirirem insumos já licitados, garantindo o melhor preço proposto, nos casos de urgência e emergência, em que há necessidade de aquisição de forma mais rápida e ágil dos insumos, mesmo não tendo participado na origem do certame. Ainda mais, a realização de adesão possibilita a redução de processos burocráticos e tende a restringir a realização de contratações diretas.

3.7.3. A possibilidade de adesão visa mitigar riscos de desabastecimento ocasionados por licitações fracassadas, rescisões contratuais, sancionamento de fornecedores, entre outros.

3.7.4. No caso de Hospitais Universitários que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior, durante o período de transição de gestão para a Ebserh, o processo de adesão pode ser uma solução estratégica, considerando as dificuldades relacionadas ao planejamento de aquisições, principalmente pela ausência de histórico de consumo. Além de aproveitar a experiência e estrutura de outras unidades da Ebserh, diante da inexistência em sua fase inicial de processos licitatórios próprios e da urgência em manter a regularidade do atendimento à população, a adesão permite aproveitar condições previamente negociadas, com preços competitivos e fornecedores habilitados, reduzindo o tempo e os custos administrativos envolvidos.

3.8. **Comodato**

3.8.1. Não há previsão de solicitação de comodato para o objeto desta licitação.

4. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.1. **ITEM 01: SIMULADOR REALÍSTICO DE CORPO INTEIRO PEDIÁTRICO:**

4.1.1. Simulador realístico de corpo inteiro pediátrico lactente (até um ano de idade) que permita a simulação de paciente realístico, com o treinamento de experiências práticas e trabalho de equipe,

liderança e habilidades de comunicação.

- O simulador deve possuir cabeça com marcas de referência anatômicas simulando, traqueias e esôfago, junto com pulmão e estômago permitindo realizar prática de inserção e aspiração das vias aéreas (naso e orofaringe), inserção e cuidados com tubo endotraqueal, cuidados e manutenção da traqueostomia, oxigenioterapia, cuidados com a administração de medicação e remoção do tubo naso gástrico.
- O simulador deve permitir avaliar as variações de Fontanelas, possibilita aplicação de injeção Intra Muscular: deltóide bilateral, coxa bilateral.
- As pernas devem ser articuláveis, permitindo a simulação de injeção intra-óssea.
- Deve ser possível alimentação via tubo gástrico bem como os cuidados com ostomias, procedimentos simulados de cuidados com períneo, aplicação de coletor de urina e cateterização da bexiga.
- Deve possuir reservatório para urina e permitir a possibilidade de supositório retal.
- O sistema deve ser comandado remotamente por um tablete com tela colorida mínima de 5.7' e operação em tela touchscreen.
- Os sistemas compostos por: manequim, unidade de controle do instrutor e monitor do paciente devem se comunicar por meio de rede IP ou rede wi-fi.
- O manequim e a unidade de controle do instrutor, devem ter autonomia para operarem com baterias de 3 a 4 horas, de forma a propiciar sua mobilidade durante o treinamento.
- A unidade de controle do instrutor, além de alterar manualmente as funções do simulador deve possibilitar a construção de cenários previamente programados, baixar da internet ou de um computador cenários pré-programados (compatíveis com o sistema), criar check-lists, editar textos durante a execução do cenário, cadastrar dados do aluno e gerar log de eventos de simulação.
- O monitor simulado do paciente deve ser no mínimo de 23 polegadas, wi-fi, touchscreen, possuir parâmetros de ECG, SPO2, CO2, ABP, PANI, temperatura e frequência respiratória, ECG de 12 derivações e alarme multiníveis.
- O arquivo de *debriefing* deve ser possível de ser visualizado, inserir comentários, impresso ou salvo para visualização futura em qualquer computador equipado com Windows 8 e Win 10.
- O pacote deve incluir, além do simulador, o monitor multiparamétrico, o computador de controle, 01 (um) jogo de peças de substituição para a realização de procedimentos repetidos.
- O fabricante deve fornecer garantias para conserto ou substituição em caso de defeito por no mínimo 12 meses após a instalação, e suportes para o treinamento dos instrutores e para a manutenção de todos os equipamentos.
- O simulador deve acompanhar: 3 simuladores para supositório retal, fraude, simulador de sangue, lubrificante de via aérea, bolsa para transporte e manual de uso.
- O software de interface para criação de cenários deve ser em português.

4.1.2. Deve acompanhar o simulador:

- Simulador de paciente bebe de corpo inteiro.
- 3 simuladores para supositório retal.
- Frauda.
- Lubrificante.
- Simulador de sangue.
- Mala de transporte.
- Um manual de uso.

4.2. ITEM 2: MANEQUIM DE TREINAMENTO COM FERIMENTOS DE CORPO INTEIRO ADULTO

4.2.1. Manequim Bissexual Adulto de Corpo Inteiro com pelo menos 1.70 cm com órgãos internos, utilizado para o manejo técnicas de cuidados e procedimentos com paciente em um leito.

4.2.2. O manequim deve apresentar:

- 01 Cavidade Torácica que irá evidenciar os seguintes órgãos: Estômago e Pulmões;
- 01 Cavidade Abdominal com estoma que irá evidenciar os seguintes órgãos: Intestinos (Grosso e Delgado), Reto e Bexiga;

- Órgão Genital Masculino composto por: Pênis, Bolsa Escrotal, Uretra e Ânus e Reto;
- Órgão Genital Feminino composto por: Vulva com grandes lábios, pequenos lábios, Uretra, Útero, Colo do Útero, Ovários; Ânus e Reto;
- Cabeça com movimentos naturais e com olhos, nariz com possibilidade de passagem de sonda, boca com dentes, língua, palato duro e mole, Laringe, Faringe;
- Braços Articuláveis e com movimentos naturais, oferecendo pontos de acesso para administração de injeção intramuscular no músculo deltoide em ambos os lados e injeção endovenosa no antebraço e dorso da mão;
- Pernas articuláveis com movimentos naturais, oferecendo pontos de acesso para administração de injeção intramuscular no músculo vasto lateral em ambas as pernas.
- Articulação na região abdominal;

4.2.3. O simulador deve permitir a execução das seguintes práticas:

- Lavagem da Face, Lavagem do Cabelo, Lavagem dos Olhos, Lavagem dos Ouvidos, Cuidados com a Boca.
- Acomodação no leito, Troca de Roupas, Terapia do Calor e do Frio.
- Inalação de oxigênio.
- Alimentação Nasal.
- Alimentação Oral.
- Gastrolavagem.
- Intubação Oro-Traqueal (I.O.T).
- Cavidade Torácica com órgãos (Pulmões e Estômago).
- Injeção endovenosa.
- Injeção Intramuscular: Músculo deltoide, Glúteo, Vasto Lateral.
- Cateterização Vesical Bissexual.
- Enema.
- Cuidados com Ostoma.
- Cuidados com a traqueostomia.
- Simulação de ambiente de acidente.
- Simulação de resgate.
- Simulação de Primeiros Socorros.
- Simulação de Múltiplos Traumas.
- Simulação de queimaduras (1º, 2º e 3º Grau).

4.2.4. Deve acompanhar o Simulador:

- 01 Sonda de Alimentação (Naso-gástrica / Oro-gástrica).
- 01 Sonda de intubação.
- 01 Sonda de Cateterização.
- 01 Sonda para Enema.
- 01 Seringa de 60 ml com agulha.
- 01 vestimenta completo (Blusa e Calça).
- Lubrificante.
- Sangue Artificial.
- Mala para transporte.
- Manual de instruções em português

4.3. ITEM 3: MODELO DE BRAÇO PARA TREINO DE PUNÇÃO VENOSA PERIFÉRICA ADULTO

4.3.1. Simulador deve possuir pele de toque macio e veias palpáveis retratando a pele humana para treino completo de punção venosa, coleta, infusão e hemoterapia.

4.3.2. Deve reproduzir com realismo as principais veias do antebraço e dorso da mão.

4.3.3. A rede venosa deve ser pressurizável para retorno sanguíneo realístico.

4.3.4. O modelo deve permitir:

- Punção venosa periférica com cateter/agulha e scalp.
- Coleta de sangue, infusão e transfusão com bureta/bolsa.
- Injeções: intramuscular (deltoide), subcutânea e intradérmica.
- Uso de torniquete, fixação, assepsia, conexão e desinfecção.
- Substituição de pele, veias e fluido simulado .

4.4. ITEM 4: MANEQUIM DE PELVE PARA TREINAMENTO DE CATETERISMO VESICAL BISEXUAL (MASCULINO E FEMININO) ADULTO

4.4.1. O manequim deve representar a pelve humana de um adulto sendo possível identificar a estruturas anatomicas externas da pelve e períneo e articulável para o posicionamento apropriado para procedimentos.

4.4.2. O manequim deve ser bissexual, possibilitando a substituição de genitália intercambiável projetada para procedimentos gastrintestinais e práticas urológica e retal masculino e femininos.

4.4.3. A genitália masculina deve apresentar as estruturas anatomicas: Pênis, Bolsa Escrotal, Uretra, bexiga, ânus e Reto.

4.4.4. A genitália feminina deve apresentar as estruturas anatomicas: Vulva com grandes lábios, pequenos lábios, canal vaginal, Uretra, bexiga, ânus e Reto.

4.4.5. O manequim deve permitir:

- Cuidado Perineal.
- Inserção de medicamentos vaginais.
- Inserção, cuidado, irrigação e remoção de cateter.
- Barriga cirúrgica com orifícios intercambiáveis permitindo a simulação de cuidado com cistostomia e cuidado do orifício de desvio urinário.
- Prática de punção IM na coxa bilateral, Dorsoglúteo e Ventroglúteo.
- com conectores e reservatório, para facilitar os procedimentos de cuidados urológicos.

4.4.6. Deve acompanhar:

- Pelve adulta com coxas superiores.
- Genitália masculina e feminina.
- Conectores e reservatório.
- Lubrificantes.
- Maleta de transporte.
- Manual do usuário em português

4.5. ITEM 5: KIT PARA TREINAMENTO DE SUTURAS

4.5.1. A peça deve apresentar as camadas da pele : epiderme, derme, fáscia, gordura e camadas musculares;

4.5.2. O tamanho e dimensões da peça deve possuir, no mínimo: 10,1cm x 15,2cm x 3,8cm

4.5.3. A peça deve permitir:

- A colocação e o fechamento de suturas superficiais.
- Treinamentos de suturas em todos os níveis e o aperfeiçoamento dos diferentes tipos e técnicas de suturas e outras habilidades necessárias para o fechamento de feridas.

- Prática de incisões e determinação da profundidade da sutura e a técnica a ser utilizada.
- Prática de nós de amarração, grampeamento e colocação de grampos, uso de cola cirúrgica, sutura de tecido profundo (colocação e fechamento), e sutura de tecido subcutâneo (colocação e fechamento).

4.5.4. Devem estar Inclusos no kit almofada de sutura, bandeja para segurar a almofada, porta-agulhas, tesoura de sutura, pinça de tecido, bisturi, sutura de nylon, e pequena caixa de transporte para segurar os instrumentos.

4.6. **ITEM 6: MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE TRAQUEOSTOMIA ADULTO TORSO**

4.6.1. Deve apresentar estrutura do pescoço com textura de pele macia em material sintético (PVC e poli elastômero). Desenvolvido para treinamento de procedimentos de traqueostomia e cricotireotomia em cenas emergenciais.

4.6.2. Deve possibilitar estruturas anatomicas e vasos como mandíbula, músculo esternocleidomastoide, artéria carótida, traqueia e cartilagem cricoide.

4.6.3. O manequim deve permitir:

- Treino de incisão na traqueia, com diversos tipos de corte, para inserir cânula de traqueal.
- Treino de incisão na traqueia para cricotireotomia.
- Cuidados com curativos, aspiração de secreção e sangue na traqueostomia.
- Palpação da artéria carótida.

4.6.4. O manequim deve possibilitar a substituição da traquéia e da pele.

4.6.5. Deve acompanhar:

- 4 traqueias
- 4 peles do pescoço
- 1 seringa
- Talco
- Maleta de transporte
- Manual do usuário em português

4.7. **ITEM 7: MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE INTUBAÇÃO PEDIÁTRICO TORSO**

4.7.1. O manequim/simulador deve reproduzir a anatomia do torso de um paciente pediátrico o que possibilite diferenciar estruturas entre anatomia das vias aéreas de crianças e adultos

4.7.2. Deve apresentar tórax fechado para compressão.

4.7.3. O manequim/simulador deve permitir:

- Inserção de tubos endotraqueais de tamanhos distintos além de outros dispositivos de via oro e nasofaringe.
- Permitir aspiração de vias aéreas.
- Ventilação com Ressuscitador, máscaras e tubos;
- Geração manual de pulso carotídeo

4.7.4. Devem acompanhar o produto: Manequim, lubrificantes, mala para transporte, um manual de uso em português.

4.8. **ITEM 8: MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE CUIDADOS COM PÉ DIABÉTICO**

4.8.1. Manequim com aparência realista, deve permitir a identificação, classificação e tratamento de feridas e suas prováveis causas. Devo possibilitar a identificação, classificação e tratamento de lesões por pressão de estágio 1, 2, 3 e 4, Lesão por pressão em tecido profundo, escara, úlcera neuropática, calo, gangrena, maceração, amputação, unhas espessadas por fungos, bolhas, dedos em martelo, lesões infecciosas, lesões com espensões de tendões e esfacelos, amputações, gangrena seca no do pé ou dedos do pé por isquemia.

4.8.2. A lesões devem estar distribuídas em topografias específicas devendo possibilitar os mais diversos manejos e tratamentos das lesões, por exemplo: lesões no maléolo medial, na lateral do pé, calcâneo com infecção, Lesão por pressão no maléolo lateral com exposição de tendão e osso simulando osteomielite, Ferimento grampeado na pele.

- 4.8.3. O posicionamento das feridas deve permitir múltiplos curativos
- 4.8.4. Os curativos podem ser aplicados e removidos facilmente.
- 4.8.5. Possibilitar o uso de dispositivos de fechamento assistido por vácuo e terapia de feridas com pressão negativa.
- 4.9. Não serão aceitos simuladores/manequins com alterações de projeto, ou seja, simuladores/manequins que sofreram adaptações em suas configurações originais, apenas para atender o edital.
- 4.10. Só serão aceitos simuladores/manequins que apresentarem todas as especificações técnicas exigidas neste termo de referência e comprovados no momento da proposta, por manual técnico e/ou operacional.
- 4.11. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.
- 4.12. Todos os simuladores/manequins entregues durante a vigência do Contrato deverão ser iguais entre si (mesmo modelo, marca, componentes e versão), ou de tecnologia superior com a devida aprovação prévia da CONTRATANTE.
- 4.13. As especificações técnicas definidas no Termo de Referência deverão ser igualadas ou poderão ser superadas por soluções divergentes das especificadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução.
- 4.14. Caso a licitante apresente na proposta comercial módulos, sistemas e/ou acessórios além dos que foram solicitados no edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Critérios de Sustentabilidade

5.2. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

5.3. De acordo com o art.256 do [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC 3.0:

5.4. Art. 256. A Ebserh deverá observar os princípios ESG (sustentabilidade ambiental, de responsabilidade social e de governança corporativa) em suas contratações, de forma transversal, proporcional e compatível com o objeto contratado, além de adotar medidas de logística sustentável para otimizar recursos, promover eficiência, reduzir impactos ambientais e fomentar a justiça social em suas atividades, em consonância com o que estabelece a Política Ambiental da Rede Ebserh.

5.5. Ainda em consonância com o art.259 do [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC 3.0:

Art.259. As práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

VI - Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de processamento de roupas, de nutrição, de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de 119 manutenção predial e de equipamentos, contemplando-se inclusive as responsabilidades do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material utilizado;

5.6. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.7. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

5.8. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

5.9. Os materiais ofertados devem observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 do SLTI/MPOG.

5.10. É de responsabilidade do fornecedor as condições de conservação dos produtos entregues, resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.

5.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo especificado no item 6.1 deste Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.12. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, aderência ao produto, umidade, inadequação em relação ao conteúdo e que não estiverem identificadas de acordo com a legislação vigente.

5.13. Para esclarecimentos de dúvidas em relação à qualidade do produto, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de um certificado de análise emitido por laboratório oficial, indicado pelo HUL/UFS/EBSERH, correndo todas as despesas por conta da CONTRATADA.

5.14. Todo material deverá, OBRIGATORIAMENTE, trazer impresso o n.º do lote e número de série.

5.15. **Apresentação da Proposta**

5.15.1. Durante o pregão eletrônico, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em **Anexo II**, contendo as seguintes informações:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;

II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;

III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;

V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF;

VI - Descrição detalhada de cada produto, constando todas as especificações técnicas;

VII - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;

VIII - Fator embalagem dos produtos apresentados, especificando a quantidade, por embalagem;

IX - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;

X - Certificado de Aprovação (CA) válido do produto ofertado, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), quando aplicável;

XI - Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

5.15.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

5.15.3. Fica facultada à Ebserh solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição accidental, dentre outros, quando aplicáveis.

5.15.4. Não serão aceitas propostas de fornecimento de produtos provenientes de empresas que não possuam Autorização de Funcionamento (AFE) específica para atividades de distribuição de correlatos.

5.15.5. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de produtos com especificações diversas das originalmente solicitadas no Edital.

5.16. Requisitos técnicos do produto

5.17. Não serão aceitos simuladores/manequins com alterações de projeto, ou seja, simuladores/manequins que sofreram adaptações em suas configurações originais, apenas para atender o edital.

5.18. Só serão aceitos simuladores/manequins que apresentarem todas as especificações técnicas exigidas neste termo de referência e comprovados no momento da proposta, por manual técnico e/ou operacional.

5.19. Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

5.20. Todos os simuladores/manequins entregues durante a vigência do Contrato deverão ser iguais entre si (mesmo modelo, marca, componentes e versão), ou de tecnologia superior com a devida aprovação prévia da CONTRATANTE.

5.21. As especificações técnicas definidas no Termo de Referência deverão ser igualadas ou poderão ser superadas por soluções divergentes das especificadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução.

5.22. Caso a licitante apresente na proposta comercial módulos, sistemas e/ou acessórios além dos que foram solicitados no edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus.

5.23. Marcas

5.23.1. Não há indicação de marcas para o objeto desta licitação.

5.24. Garantia e substituição do produto

5.25. Para a solução envolvida na contratação, o(s) Licitante(s) deverão prestar Garantia dos simuladores/manequins pelo período mínimo estipulado no item 4 (ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA), a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo (**Anexo IV**) atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado;

5.26. Prazo de Garantia dos simuladores/manequins é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, o(s) Licitante(s) comprometem-se em manter os simuladores/manequins por ele(s) fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Termo de Referência;

5.27. Para os simuladores/manequins, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, estes estiverem operando conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas às de fábrica;

5.28. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da entrega dos simuladores/manequins, o(s) Licitante(s) poderão utilizar método de lacre que garanta a identificação da violação dos simuladores/manequins durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao

simulador/manequim. Toda operação de lacre do simulador/manequim, deverá ser identificada na respectiva ordem de serviço, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento;

5.29. Todas as partes, peças, acessórios e componentes (exceto consumíveis de uso único, tais como eletrodos, equipos etc.) estarão sujeitas ao mesmo período de garantia aqui determinado, desde que não tenham sido objeto de mau uso;

5.30. Durante todo o período de garantia, ficará o(s) Licitante(s) responsável por vícios e/ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos simuladores/manequins, peças, acessórios e componentes, ou defeitos da criação de algoritmos de software/firmware, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças, acessórios, componentes, software e/ou firmware que se fizerem necessários, sem ônus;

5.31. A garantia deverá ser prestada usualmente no local onde o simulador/manequim foi instalado. Caso seja necessário o envio do simulador/manequim para manutenção externa, todos os custos deverão ficar a cargo do(s) Licitante(s);

5.32. Sobre a Assistência Técnica durante o Prazo de Garantia dos Simuladores/manequins:

a) O Horário de Assistência Técnica deverá ser usualmente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, em horário comercial. Podendo ser executado em outros dias e horários, mediante prévio acordo entre o(s) Licitante(s);

b) A solicitação do Chamado Técnico para o(s) Licitante(s) implica no início da contagem do Tempo de Atendimento Técnico e Tempo de Reparo;

c) Os Chamados Técnicos podem, a critério do(s) Licitante(s), ser precedidos de tentativa de diagnóstico/reparo pela Equipe Interna por intermédio de consulta aos técnicos especialistas da CONTRATADA;

d) O Tempo de Atendimento Técnico não poderá exceder a 05 (três) dias úteis;

e) O Tempo de Reparo não poderá exceder a 15 (quinze) dias úteis. Caso a empresa não tenha condições de atender ao prazo estipulado, deverá disponibilizar simulador/manequim similar e compatível o licitado para que possa ser usado como substituto até que o reparo seja realizado.

5.33. Conforme previsto no art 18, §1º, da Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), caso o Tempo de Reparo exceda 30 (trinta) dias corridos, o(s) Licitante(s) deverá efetuar a substituição do simulador/manequim defeituoso, nos mesmos prazos de entrega pactuados neste documento, substituindo este simulador/manequim por outro simulador/manequim novo e igual, ou de tecnologia superior com a devida aprovação prévia da o(s) Licitante(s);

5.34. Conforme previsto no art 18, §1º e §2º, da Lei 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), para casos de simulador/manequim cuja soma de Tempos de Reparo, que sejam diretamente associados a um mesmo defeito recorrente, exceda 90 (noventa) dias corridos, o(s) Licitante(s) deverá efetuar a substituição do simulador/manequim defeituoso, nos mesmos prazos de entrega pactuados neste documento, substituindo este simulador/manequim por outro simulador/manequim novo e igual, ou de tecnologia superior com a devida aprovação prévia do(s) Licitante(s).

5.35. **Critérios de Avaliação Técnica**

5.35.1. Observando o Art. 122 do RCC 3.0, o Parecer Técnico será realizado por empregados públicos, servidores efetivos cedidos ou em exercício na Ebserh, e as propostas serão aprovadas ou reprovadas tecnicamente, durante a etapa de julgamento, minimamente de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Verificação se o produto, especificações, apresentação, dentre outras informações técnicas do produto ofertado atende ao item licitado;

II - Análise Técnica de Declarações e Certificados de Dispensa, a fim de se atestar a veracidade, conformidade e atendimento a legislação vigente;

III - Análise do Atestado de Capacidade Técnica;

IV - Verificação de histórico de uso, por meio de execução de Atas de Registros de Preços - ARPs e/ou Contratos já executados na Rede Ebserh;

V - Verificação de existência de histórico de notificações internas na Rede Ebserh por desvios de qualidade e/ou demais intercorrências;

6. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. **Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento:**

6.1.1. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho /Contrato para formalizar cada contratação decorrente de ARP, que serão encaminhadas ao fornecedor, respeitados os quantitativos por participante, conforme edital.

6.1.2. As seguintes diretrizes devem ser consideradas na emissão de Notas de Empenho:

6.1.2.1. Preferencialmente, o procedimento padrão será a emissão de Nota de Empenho única por fornecedor;

6.1.2.2. Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para a equipe de fiscalização, para o endereço eletrônico ugaget.hul@ebserh.gov.br e para o endereço eletrônico que foi encaminhada a Nota de Empenho, contendo:

- a) Número do Documento Fiscal;
- b) Data de emissão do Documento Fiscal;
- c) Data prevista para entrega.

6.2. Prazos de entrega:

6.3. Os produtos deverão ser entregues no local abaixo indicado, com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa vencedora:

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CONTATO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO (HUL/UFS)	Av. Brasília, S/N, bairro Novo Horizonte, Lagarto/SE	(79) 3632- 2116

6.4. A entrega do(s) produtos(s) deverá ser efetuada na INSTITUIÇÃO, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h, nos dias úteis, de acordo com a necessidade e mediante solicitação, devendo a CONTRATADA, COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 (vinte e quatro) horas, MARCAR DATA E HORÁRIO PARA A ENTREGA pelo telefone **(79) 3632-2116**.

6.5. Os PEDIDOS de materiais a serem adquiridos, pelo Registro de Preços, serão efetuados por Nota de Empenho, devidamente numerada em ordem sequencial por pedido, datada e assinada, por servidor designado pela autoridade competente.

6.6. A entrega dos materiais deverá ser efetuada de acordo com o respectivo Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal.

6.7. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE, para detalhar o processo de entrega do(s) simulador(es)/manequins.

6.8. A licitante deverá encaminhar, quando da entrega do(s) simulador(es)/manequins, o manual de operação, em formato impresso e digital, devendo o manual de operação ser obrigatoriamente em português. O número de vias do manual de operação em formato impresso deve corresponder à mesma quantidade adquirida de cada item, enquanto o número de vias do manual de operação em formato digital deve corresponder apenas a uma unidade por item adquirido.

6.9. As caixas contendo os simulador(es)/manequins deverão ser abertas por representante da CONTRATADA, juntamente com representante da CONTRATANTE. Podendo a CONTRATADA autorizar a abertura destas caixas apenas por representante da CONTRATANTE, ou seja, sem a presença de representante da CONTRATADA, devendo para isto emitir um TERMO DE RESPONSABILIDADE.

6.10. Não serão aceitos o(s) simulador(es)/manequins com qualquer conexão, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante ou do montador/integrador.

6.11. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as condições deste Termo de Referência, do Edital e de seus Anexos.

6.12. Prazo de Entrega:

6.12.1. O servidor ou comissão designada pela CONTRATANTE receberá os simulador(es)/manequins em conjunto com a CONTRATADA e, após a devida análise da sua conformidade formal com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato, emitirá e atestará o “TERMO DE RECEBIMENTO” (anexo II e III). O simples recebimento de volumes lacrados, sem a devida conferência conjunta pela CONTRATADA e CONTRATANTE do conteúdo destes, não caracteriza a entrega dos simuladores/manequins;

6.12.2. Todos os simulador(es)/manequins devem ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, ou 90 (noventa) dias corridos para aqueles com importação comprovada, a contar a partir do início de vigência do Contrato.

6.12.3. Não serão pagos os materiais entregues em locais diferentes do mencionado no item 8.3 ou a pessoas não autorizada

6.13. O recebimento será feito em duas etapas:

6.13.1. Recebimento provisório:

- a) no local de entrega, a Comissão/Servidor designado fará o recebimento dos materiais,

limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e na Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas. Emitindo e atestando o Termo de Recebimento Provisório (Conforme Anexo II)

6.13.2. **Recebimento definitivo:**

a) no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de realização do treinamento, a Comissão/Servidor designado procederá ao recebimento definitivo, emitindo e atestando o Termo de Recebimento Definitivo (anexo III), verificando a quantidade e a qualidade dos materiais entregues em conformidade com o exigido neste Edital e constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora

6.14. **Em caso de conformidade e após efetivo treinamento de que trata o item 18.1.20 deste termo, a Comissão/Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente da(s) instituição(ões), para fins de pagamento.**

6.15. Em caso de desconformidade, a Comissão/Servidor designado devolverá Nota Fiscal/Materiais, para as devidas correções.

6.16. Durante o recebimento provisório, o órgão poderá exigir a substituição de qualquer do(s) material(is) que não esteja(m) de acordo com as especificações do Termo de Referência do presente Edital.

6.17. Os materiais deverão estar em suas embalagens de acondicionamento, e nelas deverão constar: procedência, prazo de validade, marca, modelo, referência, fabricante, entre outros critérios.

6.18. Os materiais deverão ser entregues, com a emissão de garantia técnica mínima conforme descrito nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (item 5 do termo) a contar da data de instalação no endereço(s) especificado(s) pelo Contratante;

6.19. O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito a substituição desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

6.20. Não serão aceitos material divergente da marca, modelo ou especificação informada na proposta de preços da empresa vencedora.

6.21. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos bens, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação.

6.22. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

6.23. A empresa que não cumprir os prazos acima estipulados sofrerá sanções conforme descrito neste Termo de Referência.

6.24. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.25. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica na corresponsabilidade da Administração o de seus agentes e prepostos.

6.26. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.

7. **DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL**

7.1. A Nota fiscal será atestada pela equipe de fiscalização do contrato após o recebimento dos materiais e verificado o atendimento das exigências contratuais.

8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. De acordo com o Art. 207 do [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC 3.0, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Ebserh com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

8.2. Em complemento, o § 1º do artigo 207 do [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC 3.0 supra citado dispõe:

§ 1º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Ebserh especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

- 8.3. Os substitutos eventualmente designados atuarão nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares dos titulares.
- 8.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e o [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC 3.0 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.5. A comunicação entre a equipe de fiscalização e a contratada deve ser realizadas por mensagem eletrônica (e-mail) ou por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade.
- 8.6. O representante da Administração anotará em registros próprios, organizados em processo de fiscalização, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos aos responsáveis competentes para as providências cabíveis.
- 8.7. O recebimento de material de valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 8.8. A equipe de fiscalização da Contratante poderá realizar reuniões periódicas com o(s) representante(s) da Contratada, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.
- 8.9. Os termos referentes a fiscalização da execução contratual não mencionados neste Termo de Referência seguirá o determinado no ANEXO VIII-A da IN nº 5/2017.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

- 9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o ateste do documento por parte da EFC ou EFARP, ocorrerá a liquidação.
- 9.2. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, no que couber, tais como:
- a) prazo de validade;
 - b) data da emissão;
 - c) dados do contrato e da contratante;
 - d) período respectivo de execução do contrato;
 - e) valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o processo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Ebserh.
- 9.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65, inciso II, da RCC 3.0.
- 9.5. A Ebserh realizará consulta ao Sicaf para:
- 9.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 9.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito da Ebserh, como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.6. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual ou equivalente, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e demais certidões de regularidade.

9.10. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os produtos efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente indicados pelos Contratados.

9.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.12. Não será permitida a antecipação do pagamento antes do cumprimento do objeto.

9.13. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA de correção monetária**.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.15. Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.16. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.17. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.18. **Sanções Administrativas**

9.18.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital bem como os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual.

10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**

10.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1. O procedimento de aquisição será conduzido com base na documentação produzida durante o planejamento da contratação, por meio da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, no Portal de Compras do Governo Federal - *Compras.gov*, de acesso público na internet, de acordo com o art. 6º, inciso IV, do RCC 3.0, com adoção dos seguintes parâmetros:

I - O critério de julgamento será pelo menor preço unitário;

II - O modo de disputa será do tipo "aberto";

III - Será adotada a utilização de 4 (quatro) casas decimais para composição e classificação dos lances, considerando os valores unitários ofertados. Para fins de lançamentos operacionais das ARPs e/ou Contratos no sistema *Contratos.gov*, será realizado o arredondamento para 2 (duas) casas decimais do valor total da proposta.

IV - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,75%**.

10.2. **Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte**

10.2.1. Quanto à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), registra-se que, em regra, seria aplicável a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, bem como a participação exclusiva de ME/EPP para itens com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, conforme previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2. Contudo, o art. 49, incisos II e III, do mesmo diploma estabelece exceções a essa regra, nos seguintes termos:

10.2.3. "Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:

I - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;"

10.2.4. Entende-se que a divisão e exclusividade em favor das ME/EPP podem comprometer a padronização, a rastreabilidade e o controle da cadeia logística de produtos que são essenciais ao cumprimento do objeto social da Ebserh, configurando prejuízo ao conjunto da contratação.

10.2.5. Ainda mais, a contratação visa priorizar o interesse público e os princípios da eficiência e economicidade, e a aplicação da exclusividade poderá prejudicar essas diretrizes, elevando custos e reduzindo a qualidade e regularidade do fornecimento dos produtos.

10.2.6. Destaca-se que os simuladores e manequins para educação em saúde são equipamentos de alta complexidade tecnológica e especificidade pedagógica, fundamentais para a estruturação do Laboratório de Ensino Baseado em Simulação do HUL-UFS. O risco de adquirir equipamentos sem a devida compatibilidade técnica ou suporte especializado pode comprometer a formação dos profissionais e a segurança dos pacientes em treinamento.

10.2.7. Registra-se ainda que não foram identificados por este HUF a existência, no "mercado local", de fornecedores competitivos, com estrutura organizacional e logística capazes de suportar as demandas, em tempo hábil, de um hospital de média e alta complexidade, que se enquadrem como ME/EPP, e que sejam capazes de cumprir todas as exigências estabelecidas no referido instrumento convocatório.

10.2.8. Assim, considerando a exceção prevista no inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123/2016 e a exceção prevista no inciso II, art. 10, do Decreto 8.538/2015, observando os princípios da eficiência e vantajosidade, decide-se que não serão indicados itens de participação exclusiva para ME/EPP. Assim, por todo o exposto, todos os itens serão destinados à ampla participação.

10.3. Capacidade econômico-financeira

10.3.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.

10.3.2. Além disso, o §10 também admite, nos casos de aquisições de bens para entrega imediata, cujo valor seja superior ao limite estabelecido no art. 84, inciso II, a dispensa do requisito de habilitação previsto no inciso IV do caput (capacidade econômico-financeira), desde que haja prévia avaliação de riscos.

10.3.3. Assim, para os itens/grupos de entrega imediata cujos valores sejam superiores aos limites estabelecidos no art. 84, inciso II, serão dispensados os requisitos de capacidade econômico-financeira, considerando que nesta contratação, que visa o registro de preços para aquisição de produtos para saúde, não se mostra necessária a exigência de documentos comprobatórios de capacidade econômico-financeira dos licitantes.

10.3.4. O SRP não gera obrigações contratuais imediatas, pois há apenas expectativa de contratações futuras, que dependerão de autorizações posteriores e da disponibilidade orçamentária. Assim, inexistente risco direto de inadimplência financeira que justifique a imposição de comprovação econômico-financeira nesta fase do certame.

10.3.5. Destaca-se também a natureza do objeto da contratação, cujo risco operacional é limitado, diferente da execução de obras, serviços complexos ou de outras contratações que exigem comprometimento significativo de capital. Desta forma, a comprovação econômico-financeira não se configura essencial para garantir a execução futura da ARP, ou mesmo de contrato.

10.3.6. A dispensa da exigência visa ainda ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, alinhando-se ao princípio da ampla concorrência. Adicionalmente, as contratações decorrentes das ARPs estarão sujeitas a nova verificação documental quando da formalização do contrato, permitindo à Ebserh reavaliar a capacidade do fornecedor naquele momento, garantindo segurança e eficiência.

10.3.7. Por fim, a dispensa dos requisitos de capacidade econômico-financeira demonstra uma decisão adequada e tecnicamente justificável, observando os princípios de proporcionalidade, eficiência e competitividade, uma vez que: não há obrigação contratual imediata, o objeto é em regra oriundo de um processo interno de padronização e de baixo risco operacional, e a decisão amplia a participação de fornecedores no processo licitatório.

10.4. Qualificação técnica

10.4.1. O licitante deverá comprovar a aptidão para o fornecimento do objeto mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Autorização de Funcionamento (AFE) para distribuição de correlatos, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), do licitante, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao seu Portal, nos últimos 60 dias corridos da apresentação da documentação, quando couber.

10.4.1.2. Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada, quando couber.

10.4.1.3. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, indicando que a proponente já forneceu materiais em características similares e quantitativos compatíveis com o objeto da licitação.

10.4.1.3.1. Será entendido como compatível o atestado que comprove a venda de, no mínimo, 1 (uma) unidade, de cada item.

10.4.1.3.2. Para fins de comprovação de que trata este subitem, as certidões ou os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Papel timbrado do emitente do comprovante de aptidão com identificação e assinatura do responsável (da empresa privada ou pública ou órgão emitente), além dos seguintes dados da empresa emitente: Razão Social, CNPJ e endereço;
- b) Dados do proponente que está classificado em primeiro lugar no processo licitatório: Razão Social e CNPJ;
- c) Descrição do item ofertado, compatível com o solicitado no Pregão Eletrônico/Termo de Referência;
- d) Quantidades, a duração e o período do contrato;
- e) Estar descrito o grau de satisfação de entrega do produto ou serviço.

10.5. **Outras Exigências de habilitação**

10.5.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no edital do certame.

10.6. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no edital.

11. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS**

11.1. Em conformidade com o art. 30 do RCC 3.0 da Ebserh, os preços referenciais adotados para esta licitação são sigilosos, sendo tornados públicos apenas após a fase de lances das propostas, durante a etapa externa do certame.

11.2. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

11.3. Registra-se que a estimativa de preços para esta contratação foi realizada no Processo SEI nº 23817.006872/2026-20, em que consta a memória de cálculo para a estimativa de toda demanda da contratação.

12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Por se tratar de licitação para registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, sendo dispensada no planejamento da contratação, nos termos do art. 108 do RCC 3.0.

13. **SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

13.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.

13.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Ebserh à continuidade da contratação.

14. **CONDIÇÕES GERAIS**

14.1. Anexo I - Análise de Riscos - Execução do Contrato (59651812);

14.2. Anexo II - Modelo de Proposta;

14.3. Anexo III - Modelo de Ordem de Fornecimento

14.4. Anexo IV - Modelo de Recebimento Definitivo

Equipe de Planejamento da Contratação

José Lucas dos Santos
Chefe da Unidade de Gerenciamento de Atividades de Graduação e Ensino Técnico
Coordenador(a) da EPC
SIAPE: 104****

(assinado eletronicamente)
Lourrana Teixeira Santana
Assistente Administrativo
Integrante Demandante da EPC
SIAPE: 334****

(assinado eletronicamente)
Rívia Siqueira Amorim
Chefe do Setor de Gestão do Ensino
Integrante Demandante da EPC
SIAPE: 100****

(assinado eletronicamente)
Alson Clebio Ferreira Santana
Assistente Administrativo
Integrante Demandante da EPC
SIAPE: 241****

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria-SEI N°112 (Documento SEI 58796980), publicada no Boletim nº 725 (59018797) de 10 de março de 2026.

14.5. De acordo.

14.6. Encaminhe-se Gerência Administrativa para apreciação.

(Assinado eletronicamente)
LIDIANE ALVES DE SÁ TORRES
Chefe do Setor de Administração

14.7. De acordo.

14.8. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

14.9. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

14.10. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)
ALICE VALÉRIA CARREGOSA SILVA
Gerente Administrativo Substituta

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

À Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) – Hospital Universitário de Lagarto (HUL / UFS), Unidade Gestora (UG) Setor de Gestão do Ensino.

Dados da Empresa
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Correio Eletrônico:
Telefone:
Dados Bancários:

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº . Declaramos que esta oferta tem **validade de 90 (noventa) dias**.

Os bens cotados nesta proposta dispõem das seguintes características:

Item	Descrição	Qtde.	Marca e Fabricante	Valor unit.	Valor total
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$

Declaro ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e seus anexos e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.

Declaro que os preços ofertados contemplam todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas, que a empresa possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

Anexo à Proposta: Catálogo Técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

(Assinado eletronicamente)

NOME COMPLETO

Cargo / Função:

Representante Legal

(local e data)

INSTRUÇÕES:

- A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
- Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).

ANEXO III - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - Simuladores e Manequins de Treinamento

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	
Contrato / ARP nº	
Unidade Solicitante	Setor de Gestão do Ensino - UASG SGE
Nota de Empenho nº	
Solicitação de Compra nº	

Contratada	
CNPJ	
Endereço	
Endereço Eletrônico	

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Catmat	Qtde.	Valor unit.	Valor total
				R\$	R\$
				R\$	R\$
				R\$	R\$

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Prazo para entrega	Conforme prazos estabelecidos no Termo de Referência
Data prevista para entrega	___/___/___
Condições para entrega	Conforme estabelecido no Termo de Referência
Local de entrega	
Horário de entrega	
Contato para entrega	

4. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Programação de Entrega:
Demais observações Relevantes:
Aplicação de Penalidades : Conforme estabelecido no Edital, seus anexos, Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento da ARP ensejará aplicação das sanções conforme estabelecidas no RCC 3.0.

Pela inexecução total ou parcial da ARP, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

2. Multa:

Moratória de *(descrever percental)* por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, até o limite de 15 (*quinze*) dias. Após o 15º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

Moratória de *(descrever percental)* por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de *(descrever percental)* a *(descrever percental)* do *valor total da contratação*;

Compensatória, para a inexecução total do contrato, de *(descrever percental)* a *(descrever percental)* do *valor total da contratação*;

3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

(assinado eletronicamente)

NOME COMPLETO

Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato
Portaria de Designação nº 112/2026

ANEXO IV - MODELO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE - SIMULADORES E MANEQUINS DE TREINAMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	
Contrato / ARP nº	
Unidade Contratante	Setor de Gestão do Ensino - UASG SGE
Nota de Empenho nº	

Contratada	
CNPJ	
Endereço	
Endereço Eletrônico	

2. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	
Valor total	
Remessa referente aos itens entregues	
Valor da remessa	
Data prevista para entrega dessa remessa	

3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	
Data de recebimento dos materiais	
Data do Termo de Recebimento Provisório	

Manifestação da Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços ou do Contrato	
<input type="checkbox"/> Cumprimento integral das obrigações	<input type="checkbox"/> Cumprimento parcial das obrigações
Observações:	Observações (obrigatório):
A validade de todos os insumos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência?	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta ou solicitação de Carta de Compromisso de Troca)
Houve atraso injustificado na entrega dos insumos?	<input type="checkbox"/> Sim (n° dias de atraso, resultando em aplicação de multa)
	<input type="checkbox"/> Não (pagamento integral)
Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente os itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)	R\$
Valor da Multa Aplicada	R\$
Valor devido à empresa contratada (valor devido deduzido da multa)	R\$

Atesto o recebimento definitivo do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)

NOME COMPLETO

Equipe de Fiscalização da Ata de Registro de Preços / Contrato
Portaria de Designação nº 112/2026



Documento assinado eletronicamente por **Jose Lucas Dos Santos, Chefe de Unidade**, em 15/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alson Clebio Ferreira Santana, Assistente Administrativo**, em 15/05/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lourrana Teixeira Santana, Assistente Administrativo**, em 15/05/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rivia Siqueira Amorim, Chefe de Setor**, em 28/05/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Cleantes de Carvalho Junior, Gerente, Substituto(a)**, em 08/06/2026, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60901863** e o código CRC **F56C145D**.

Referência: Processo nº 23817.003355/2026-07 SEI nº 60901863